

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PC-SP para o cargo de **Delegado**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da última banca organizadora do certame, VUNESP;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Cartão de Respostas

1	11	21	31	41	51	61	71	81	91
2	12	22	32	42	52	62	72	82	92
3	13	23	33	43	53	63	73	83	93
4	14	24	34	44	54	64	74	84	94
5	15	25	35	45	55	65	75	85	95
6	16	26	36	46	56	66	76	86	96
7	17	27	37	47	57	67	77	87	97
8	18	28	38	48	58	68	78	88	98
9	19	29	39	49	59	69	79	89	99
10	20	30	40	50	60	70	80	90	100

PROVA PREAMBULAR

Direito Penal

Questão 1.

João da Silva, em um transporte público, começou a se masturbar, tendo ejaculado em uma passageira. A vítima foi surpreendida com o ato e, ao perceber, acionou a polícia, tendo havido a prisão em flagrante do suspeito. Qual a infração penal que se configurou com a conduta de João?

- A) crime de estupro.
- B) crime de estupro de vulnerável.
- C) contravenção de importunação ofensiva ao pudor.
- D) crime de importunação sexual.
- E) crime de ato obsceno.

Questão 2.

Considerando-se a legislação atual sobre os crimes contra o patrimônio e as regras sobre a lei penal no tempo, analise o caso a seguir.

Mário constrangeu uma senhora idosa a lhe entregar seu celular, em 2017, utilizando-se de um espeto de churrasco como arma para intimidar a vítima. O inquérito foi relatado em 2019, tendo o delegado, acertadamente, concluído que ele deve ser indiciado pelo delito de:

- A) furto, já que o espeto de churrasco não é arma própria.
- B) roubo qualificado pelo emprego de arma.
- C) roubo majorado pelo emprego de arma.
- D) roubo simples.
- E) extorsão qualificada.

Questão 3.

Existe uma modalidade de prescrição que envolve o cálculo por prognose, com base na provável pena a ser aplicada pelo juiz. Assinale a alternativa que traz a denominação de referida espécie de prescrição e a posição dos Tribunais Superiores a respeito:

- A) prescrição da pretensão punitiva intercorrente; admitida pelo STF e pelo STJ.
- B) prescrição da pretensão punitiva intercorrente; admitida pelo STF, mas não pelo STJ.
- C) prescrição da pretensão punitiva virtual, não admitida pelo STF nem pelo STJ.
- D) prescrição da pretensão punitiva virtual, admitida pelo STF e pelo STJ.
- E) prescrição da pretensão punitiva retroativa, admitida pelo STJ, mas não pelo STF.

Questão 4.

04. Joana estava em um bar quando Pedro, aproveitando-se de sua distração, jogou substância conhecida popularmente como “boa noite, Cinderela” em seu copo, fazendo com que ela adormecesse pouco depois no sofá do estabelecimento. Em seguida, ele pegou sua bolsa e fugiu do local. Pedro cometeu o crime de:

- A) furto qualificado pelo emprego de fraude.
- B) estelionato.
- C) roubo impróprio.
- D) furto simples.
- E) roubo próprio.

Questão 5.

05. Só se deve criminalizar uma conduta se houver necessidade para a proteção do bem jurídico. O Direito Penal só deve atuar se os outros meios de controle social foram insuficientes, possuindo, portanto, caráter subsidiário, de ultima ratio. Isto é, o Direito Penal só deve ser invocado, com a criação de um tipo penal, se os demais ramos do Direito não forem suficientes para coibir a conduta indesejada.

Referido conceito se refere ao seguinte princípio:

- A) Intervenção mínima.
- B) Alteridade.
- C) Ofensividade.

- D) Humanidade.
- E) Adequação social.

Questão 6.

Assinale a alternativa que não contém um crime considerado hediondo:

- A) homicídio simples praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- B) homicídio qualificado privilegiado.
- C) lesão corporal gravíssima praticada contra policial no exercício da função.
- D) epidemia com resultado morte.
- E) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos.

Questão 7.

Marina confundiu a poupança da mãe com o dinheiro que ela recebia como pensão paga pelo Estado de São Paulo, já que ela havia se aposentado como servidora pública estadual. Deste modo, estando a mãe falecida, acabou sacando dinheiro referente a três meses de benefício, pensando se tratar das economias que sua genitora havia feito em vida. Podemos concluir que, neste caso, Marina:

- A) cometeu fato típico e ilícito, mas não culpável, já que não se poderia exigir conduta diversa.
- B) incorreu em erro de proibição.
- C) incorreu em erro de tipo essencial.
- D) deverá responder por estelionato majorado.
- E) cometeu crime qualificado pela fraude.

Questão 8.

Existe uma teoria, elaborada pelo jurista Eugenio Raul Zaffaroni, que entende que o fato típico engloba a tipicidade formal, a tipicidade material e a antinormatividade do fato. Não basta que haja a tipicidade formal (subsunção do fato à norma) e a tipicidade material (relevância da lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico). É necessário que o fato praticado contrarie o ordenamento típico como um todo. Referida teoria é denominada:

- A) domínio do fato.
- B) tipicidade material.
- C) tipicidade conglobante.
- D) adequação social.
- E) imputação objetiva.

Questão 9.

Felipe, mediante violência, exercida por meio de socos e pontapés, subtraiu um relógio de ouro e a carteira de Rafael. Logo após, exigiu que a vítima lhe fornecesse sua senha do cartão de crédito. Assinale a alternativa que mencione o(s) delito(s) praticado(s) por Felipe:

- A) roubo e extorsão, em concurso material.
- B) dois crimes de roubo, em concurso material.
- C) extorsão, apenas.
- D) roubo, apenas.
- E) roubo e extorsão, em concurso formal.

Questão 10.

É causa extintiva da punibilidade que afasta todos os efeitos da condenação:

- A) Prescrição da pretensão executória.
- B) Anistia.
- C) Indulto.
- D) Graça.
- E) Reparação do dano.

Questão 11.

Assinale a alternativa CORRETA sobre as causas excludentes da ilicitude:

- A) Exige-se o chamado *commodus discessus*, no caso de injusta agressão. Ou seja, podendo a vítima fugir, ela não pode ficar e alegar legítima defesa.
- B) É cabível a invocação do estado de necessidade por quem tem o dever de encarar o perigo.
- C) O Código Penal adotou a teoria dualista quanto à configuração do estado de necessidade.

D) É cabível legítima defesa real contra legítima defesa real.

E) Excesso intensivo é aquele que se relaciona com os meios utilizados para repelir a agressão ou ao grau de sua utilização.

Questão 12.

O crime do artigo 309 do Código Eleitoral possui a seguinte redação:

Art. 309. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem:

Pena – reclusão até três anos.

Assinale a alternativa que representa uma classificação de referido delito:

- A) crime plurissubjetivo;
- B) crime próprio;
- C) crime de empreendimento;
- D) crime omissivo próprio;
- E) crime de forma vinculada.

Questão 13.

Assinale a alternativa INCORRETA sobre tráfico ilícito de entorpecentes:

- A) Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- B) Conforme entendimento do STJ, não há bis in idem no caso de aplicação da causa de aumento referente ao envolvimento de criança ou adolescente, cumulativamente, para os crimes de associação para o tráfico (art. 35 da Lei de drogas) e de tráfico de drogas (art. 33 da mesma legislação)
- C) A habitualidade no tráfico não afasta, por si só, a incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.
- D) A condenação por crime de associação para o tráfico exige o cumprimento de 2/3 da pena para obtenção do livramento condicional.

E) Não é possível a concessão de indulto aos condenados por associação para o tráfico, conforme já decidiu o STJ.

Questão 14.

João praticou o crime de homicídio qualificado em 2017, sendo declarado reincidente na sentença, em virtude de condenação anterior por furto. Foi condenado à pena de 10 anos de reclusão em regime inicial fechado, tendo já cumprido 6 anos e 1 dia. Assinale a alternativa correta:

- A) João terá direito à progressão de regime se cumpridos os demais requisitos, por ter cumprido três quintos da pena, podendo o juiz determinar a realização de exame criminológico, de maneira fundamentada.
- B) João ainda não tem direito ao livramento condicional, por ser reincidente e cumprir pena por crime equiparado a hediondo.
- C) No caso, basta o cumprimento de dois quintos da pena, sendo que pode haver a progressão de regime, mas não a determinação de realização de exame criminológico, por ausência de previsão legal.
- D) Pode haver progressão per saltum, já que cumpriu dois sextos da pena.
- E) João poderá obter o livramento condicional, desde que cumprida metade da pena e atendidos os demais requisitos.

Direito Processual Penal

Questão 15.

Assinale a alternativa correta, nos termos do quanto previsto no Código de Processo Penal.

- A) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- B) Admite-se a formulação de quesitos ao perito pelas partes, mas não a indicação de assistente técnico.
- C) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

D) A falta de exame complementar não poderá ser suprida pela prova testemunhal.

E) O juiz está vinculado ao resultado do laudo pericial, não podendo decidir contrariamente a ele.

Questão 16.

A respeito das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

A) A autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito.

B) O inquérito policial constitui peça indispensável ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

C) Não se admite a notitia criminis de terceiro como forma de instauração do inquérito policial.

D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

E) Em se tratando de crimes cuja ação penal é de iniciativa privada, a autoridade policial mandará instaurar o inquérito policial de ofício.

Questão 17.

A respeito das ações penais na sistemática do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

A) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.

B) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

C) A perempção é causa extintiva da punibilidade que incide tanto nas ações penais públicas condicionadas à representação quanto nas ações penais de iniciativa privada.

D) O rol de testemunhas é requisito indispensável da denúncia, devendo o juiz, na sua falta, rejeitar a peça acusatória.

E) Não se admite o aditamento da queixa pelo Ministério Público nos crimes de ação penal de iniciativa privada.

Questão 18.

A respeito da competência para o processamento e julgamento da ação penal, assinale a alternativa correta.

A) A competência será determinada, nos crimes tentados, pelo lugar em que tiver sido praticado o primeiro ato de execução.

B) O local do domicílio ou residência do réu constitui critério subsidiário para fixação de competência.

C) Havendo concurso entre a jurisdição comum e a militar, a conexão ou continência importará unidade de processo e julgamento.

D) A conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.

E) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

Questão 19.

Assinale a alternativa correta a respeito dos recursos no processo penal:

A) A apelação, o recurso em sentido estrito e a carta testemunhável são exemplos de recursos dotados de efeito regressivo/diferido.

B) Ao assistente de acusação não é permitido interpor recurso, porquanto lhe falta legitimação recursal.

C) A nomeação de defensor dativo supre a nulidade decorrente da falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

D) A admissibilidade do recurso será analisada no denominado "juízo de delibação".

E) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

Questão 20.

Noticia-se à polícia um roubo de moto praticado por dois homens, os quais teriam se utilizado de um facão e uma espingarda artesanal para subjugar a vítima. Duas horas depois do ocorrido, policiais militares em ronda de rotina acabam por

encontrar os dois agentes empurrando, ladeira acima, a moto objeto do roubo. Em abordagem aos suspeitos, os milicianos encontram um facão e uma espingarda artesanal. Em razão disso, os dois indivíduos são presos em flagrante e encaminhados à delegacia de polícia. A respeito dessa prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- A) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante presumido ou ficto.
- B) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante impróprio.
- C) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante próprio.
- D) A prisão é ilegal, porquanto não se configurou hipótese de flagrante delito.
- E) A prisão é ilegal, pois se trata de um flagrante provocado.

Questão 21.

Assinale a alternativa correta quanto à fiança, segundo o Código de Processo Penal:

- A) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- B) O valor depositado a título de fiança servirá, caso seja o acusado condenado, apenas ao pagamento das custas processuais.
- C) A autoridade policial poderá aumentar, reduzir ou dispensar a fiança, se assim recomendar a situação econômica do acusado.
- D) O quebramento injustificado da fiança importará na perda da totalidade do seu valor.
- E) A fiança poderá ser prestada a qualquer momento do processo, desde que antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 22.

A respeito dos institutos da restituição de bens e medidas assecuratórias no processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade policial poderá determinar a restituição de bem apreendido em posse de terceiro de boa-fé.

B) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

C) A autoridade policial poderá decretar medidas assecuratórias, decisão esta que será encaminhada à autoridade judicial para posterior homologação.

D) A autoridade judicial não poderá decretar o sequestro de bens ex officio, devendo haver prévia representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público ou ofendido nesse sentido.

E) Não se admite a restituição de coisas apreendidas antes do trânsito em julgado da sentença final do processo.

Questão 23.

Assinale a alternativa correta quanto ao incidente de falsidade no processo penal:

- A) A arguição de falsidade, feita por procurador, exige poderes especiais.
- B) O juiz dependerá de prévio requerimento das partes para instaurar incidente de falsidade.
- C) Admite-se a instauração de incidente de falsidade pela autoridade policial durante o inquérito.
- D) A decisão proferida no incidente fará coisa julgada em futuro processo penal ou cível que diga respeito ao mesmo documento.
- E) O reconhecimento da falsidade por decisão irreversível tem como única consequência o desentranhamento do documento do processo.

Questão 24.

Assinale a alternativa correta quanto às provas no processo penal.

- A) O juiz não é dotado de iniciativa probatória pelo Código de Processo Penal.
- B) Adota-se no Brasil a íntima convicção do juiz como sistema de avaliação da prova.
- C) A teoria da fonte independente constitui relativização à teoria dos frutos da árvore envenenada, no campo das provas ilícitas por derivação.

D) O silêncio do acusado não importará confissão, mas segundo entendimento majoritário da doutrina poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

E) A confissão pelo acusado, uma vez feita, será irretratável.

Questão 25.

Assinale a alternativa correta quanto à comunicação dos atos processuais.

A) É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

B) Não comparecendo o acusado após a citação por hora certa, o processo e o curso do prazo prescricional serão suspensos.

C) É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

D) Em razão do princípio da busca da verdade real, o ônus da expedição de cartas rogatórias para inquirição de testemunhas residentes fora do Brasil ficará a cargo do Estado.

E) É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

Questão 26.

Assinale a alternativa correta quanto aos procedimentos no processo penal:

A) No procedimento ordinário, recebida a denúncia, o juiz mandará designar dia e hora para a audiência de instrução.

B) O assistente de acusação só será admitido no processo até o início da instrução criminal.

C) Pelo princípio da Identidade Física do Juiz, o juiz que recebeu a denúncia deverá proferir a sentença.

D) Adotar-se-á o procedimento comum sumário quando a ação penal tiver objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos.

E) Pela liberdade probatória conferida às partes, é defeso ao juiz indeferir provas durante a audiência de instrução.

Questão 27.

Considerando o procedimento nos crimes de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

A) O assistente de acusação é legitimado a requerer a instauração do incidente de desaforamento.

B) Ao final da primeira fase procedimental, não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz absolverá sumariamente o acusado.

C) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.

D) O serviço do júri é obrigatório e o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos de notória idoneidade.

E) A defesa e, depois dela, o Ministério Público poderão recusar os jurados sorteados, até 4 (quatro) cada parte, sem motivar a recusa.

Questão 28.

Assinale a alternativa que apresente causa de impedimento do magistrado no processo penal:

A) Amizade íntima ou inimizade capital com alguma das partes.

B) Condição de sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

C) Fato de ter funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

D) Fato de ter aconselhado qualquer das partes.

E) Condição de credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.

Legislação Penal Especial

Questão 29.

Nos termos da Lei 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo), assinale a alternativa correta.

A) Os crimes previstos na referida Lei são praticados contra o interesse da União, cabendo à Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito judicial.

B) O juiz determinará, na hipótese de existência de tratado ou convenção internacional e por solicitação de autoridade estrangeira competente, medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos nesta Lei praticados no estrangeiro.

C) O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos nesta lei, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, ou, apenas expor a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública por qualquer motivo.

D) São atos de terrorismo incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado.

E) São atos de terrorismo incendiar, interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

Questão 30.

Nos termos da Lei no 12.830/2013 (Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado), assinale a alternativa correta.

A) Lei dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia e investigadores policiais que deverão cumprir as ordens da autoridade policial.

B) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em direito com inscrição da OAB por pelo menos 2 anos de atividade jurídica.

C) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza administrativa.

D) A remoção do Delegado de Polícia dar-se-á somente por ato do Prefeito da Comarca, por ato fundamentado.

E) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

Questão 31.

Em investigação direta feita pelo Ministério Público, o promotor de justiça toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa na cidade de sua competência funcional. Por razões cautelares, intercepta as conversas telefônicas do líder da associação criminosa sem requerer a autorização do juiz. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que o promotor

A) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.

B) incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei das interceptações telefônicas.

C) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas pode ser a primeira opção como meio de obtenção de prova.

D) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode ser determinada no curso da investigação.

E) não agiu corretamente, porque deveria ter submetido a análise da necessidade dessa prova ao delegado que preside as investigações preliminares.

Questão 32.

No que concerne à colaboração premiada, expressamente prevista na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados, exceto:

- A) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- B) a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.
- C) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
- D) a recuperação total do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa, não sendo aceita a recuperação parcial.
- E) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.

Questão 33.

Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- A) a menos que o agente seja reincidente.
- B) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- C) a menos que tenha maus antecedentes.
- D) a menos que não caiba liberdade provisória.
- E) nem se exigirá fiança.

Questão 34.

A prisão temporária é cabível (I) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; (II) quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade e (III) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em alguns crimes expressamente citados no texto da Lei no 7.960/90, entre eles

- A) a corrupção passiva (CP, art. 317).
- B) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (CP, art. 273).
- C) a concussão (CP, art. 316).

D) o contrabando (CP, art. 334).

E) genocídio, em todas as suas modalidades (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956).

Questão 35.

É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- A) continua inafiançável nos termos da letra da lei e de perigo abstrato.
- B) se trata de crime comum e de perigo abstrato.
- C) se trata de crime comum, afiançável e com vítima certa e determinada.
- D) é crime de mão-própria.
- E) é inafiançável, porém de perigo concreto.

Questão 36.

O Delegado de Polícia, após ser pessoalmente ofendido pelo preso por roubo, decide, por razões pedagógicas, deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente a referida prisão. Diante dessa situação, é correto afirmar que o Delegado

- A) cometeu abuso de autoridade, sujeitando o autor às sanções administrativa civil e penal.
- B) cometeu um abuso de autoridade, recebendo medida administrativa apenas.
- C) não cometeu abuso de autoridade, diante da provocação do criminoso.
- D) não cometeu abuso de autoridade, pois a comunicação pode ser postergada em 48 horas a depender do delito praticado, como o desacato.
- E) cometeu abuso de autoridade, sujeitando o criminoso apenas à sanção penal.

Questão 37.

Josito Carlos, anarquista convicto, ao se deparar com um carcereiro no shopping center, após identificá-lo pela conversa que estava sendo conduzida na mesa ao lado, decide agredi-lo, com intenção de lesionar, pelo simples fato da função exercida pela vítima. As agressões são tão fortes

que causam no integrante do sistema prisional lesão corporal dolosa de natureza gravíssima. Diante dessa situação, é preso em flagrante e conduzido ao seu Distrito Policial. Você, como delegado, deverá imputar ao agente:

- A) tentativa de homicídio simples, que não caracteriza crime hediondo.
- B) tentativa de homicídio qualificado, crime hediondo.
- C) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, crime hediondo pela motivação e qualidade da vítima.
- D) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, crime próprio por força da qualidade especial de funcionário público da vítima.
- E) tentativa de lesão corporal seguida de morte, pelo preterdolo e pela intensidade das agressões.

Questão 38.

A respeito da Lei 7.716/89, não caracteriza crime resultantes de preconceito de raça ou de cor:

- A) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- B) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- C) impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.
- D) distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem posicionamento político ostensivo contra o Governo Federal.
- E) recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Questão 39.

Clarisse foi abordado pela Polícia Civil, na rua de sua residência, por estar em atitude suspeita e, indagada sobre a sua identidade, apresentou aos policiais uma cédula de identidade (RG) muito antiga e apagada. Nos termos da Lei de

Identificação Criminal (Lei 12.037/2009) e diante da impossibilidade concreta de identificação civil, como deverá agir o Delegado de Polícia caso queira lavrar um flagrante:

- A) lavrar o auto de prisão em flagrante, submetendo Clarisse, por despacho fundamentado, a processo datiloscópico e fotográfico, considerando a precariedade do documento de identidade apresentado.
- B) permitir que Clarisse se livre solta para que busque outro documento e leve até o Distrito Policial.
- C) requisitar para o juiz competente autorização para a colheita de impressões digitais de Clarisse, sua fotografia e ainda a coleta de material biológico, considerando a dúvida que recai sobre a sua identidade, por ser cláusula de reserva jurisdicional.
- D) arbitrar fiança e esperar a correta identificação da suspeita para viabilizar a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- E) oficial o IRGD em busca das informações de identidade de Clarisse, ficando suspensa a lavratura do flagrante.

Questão 40.

Assinale a alternativa que contempla um crime previsto na Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência):

- A) Gestão fraudulenta da empresa.
- B) Lavagem de bens empresariais.
- C) Contabilidade paralela.
- D) Violação de sigilo funcional.
- E) Fraude a credores.

Questão 41.

Assinale a alternativa que apresenta um delito culposo contra o consumidor, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- A) Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.

- B) Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.
- C) Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.
- D) Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros.
- E) Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.

Questão 42.

A respeito da Lei de Violência Doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006), responda:

- A) o rol das formas de violência contra a mulher é taxativo.
- B) o crime de lesão corporal culposa é de ação pública condicionada à representação, mas todas as demais lesões corporais são de ação penal pública incondicionada.
- C) empregada doméstica só recebe proteção específica da Lei Maria da Penha, em relação à agressão de quem a contratou, se residir no local de trabalho.
- D) nas ações penais públicas incondicionadas, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- E) admite-se, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de prestação pecuniária.

Direito Constitucional

Questão 43.

A respeito de métodos de interpretação constitucional e do critério da interpretação conforme a constituição, assinale a opção correta.

- A) A busca das pré-compreensões do intérprete para definir o sentido da norma caracteriza a metódica normativo-estruturante.

B) O método de interpretação científico-espiritual é aquele que orienta o intérprete a identificar tópicos para a discussão dos problemas constitucionais.

C) A interpretação conforme a constituição não pode ser aplicada em decisões sobre constitucionalidade de emendas constitucionais.

D) A concordância prática impõe que em eventual conflito de bens jurídicos, o intérprete deve adotar uma leitura normativa que preserve os princípios constitucionais envolvidos, de modo que nenhum seja sacrificado em detrimento do outro..

E) A interpretação conforme a constituição é admitida ainda que o sentido da norma seja unívoco, pois cabe ao STF fazer incidir o conteúdo normativo adequado ao texto constitucional.

Questão 44.

O poder constituinte originário

- A) é fático e soberano, incondicional e preexistente à ordem jurídica.
- B) é reformador, podendo emendar e reformular.
- C) é decorrente e normativo, subordinado e condicionado aos limites da própria Constituição.
- D) é atuante junto ao Poder Legislativo comum, com critérios específicos e de forma contínua.
- E) é derivado e de segundo grau, culminando em atividade diferida.

Questão 45.

A Constituição Federal de 1988 inovou, ao estabelecer princípios que governam as relações internacionais, marque a alternativa que NÃO contempla os princípios fixados pela CF.

- A) Defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- B) Concessão de asilo político, solução pacífica de conflitos, defesa da paz, igualdade entre os Estados.
- C) Não intervenção, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados.

D) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, não-intervenção, prevalência de direitos humanos.

E) Garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Questão 46.

Com relação à disciplina constitucional acerca do pacto federativo e da repartição de competências entre as entidades federadas, assinale a opção correta, com base na jurisprudência do STF.

A) A previsão, em lei estadual, de proibição de revista íntima em empregados de estabelecimentos comerciais é constitucional.

B) A inscrição de estado-membro em cadastro de inadimplência da União em sede de convênio não implica conflito federativo.

C) Lei estadual que reproduza o conteúdo de lei federal sobre licitações e contratos não ofenderá a competência privativa da União de legislar sobre o assunto.

D) Lei estadual que obrigue prestadoras do serviço de Internet móvel a apresentar a velocidade média da conexão na fatura mensal é constitucional.

E) Lei federal que fixe piso remuneratório nacional para professores da educação básica é inconstitucional, por ser competência comum proporcionar meios de acesso à educação.

Questão 47.

De acordo com a doutrina, norma constitucional superveniente editada pelo poder constituinte originário sem qualquer ressalva tem eficácia

A) retroativa máxima.

B) retroativa média.

C) retroativa mínima.

D) somente para o futuro.

E) exauriente.

Questão 48.

Acerca do direito fundamental à intimidade e da proteção constitucional à privacidade, assinale a opção correta.

A) De acordo com o STF, a inviolabilidade das comunicações não alcança a proteção dos últimos registros telefônicos de aparelhos celulares apreendidos em flagrante.

B) O ingresso forçado em domicílio, sem mandado judicial, é admitido desde que a autoridade policial justifique previamente a ocorrência de flagrante delito.

C) Para o STF, são ilícitas as provas obtidas via interceptação telefônica determinada por juízo cuja incompetência seja posteriormente reconhecida.

D) É ilícito o uso de prova colhida, por via de interceptação telefônica no curso de inquérito policial, em processo disciplinar instaurado contra servidor não investigado pelo mesmo fato na seara criminal.

E) Em procedimentos de fiscalização da aplicação de recursos públicos, o TCU poderá decretar a quebra de sigilo bancário ou empresarial de terceiros.

Questão 49.

Sobre os direitos fundamentais garantidos na Constituição (CRFB), segundo o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta

A) Viola o princípio da isonomia a norma que veda o exercício da atividade de advocacia por aqueles que desempenham, direta ou indiretamente, serviço de caráter policial.

B) Os cidadãos transgêneros têm direito à alteração de prenome e gênero diretamente no registro civil, cujos pedidos podem ser baseados unicamente no consentimento livre e informado pelo solicitante, independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, sendo desnecessário qualquer requisito atinente à maioridade, ou outros que limitem a adequada e integral proteção da identidade de gênero autopercebida,

constituindo a exigência da via jurisdicional limitante incompatível com essa proteção.

C) É legítima a solicitação de informações pelo Ministério Público diretamente ao Conselho de Atividades Financeiras – COAF para instruir procedimento investigatório criminal, para apuração de crimes de lavagem, ocultação de bens, direitos e valores, prescindido-se de autorização judicial.

D) Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova.

E) É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Questão 50.

Com relação à disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta de acordo com a doutrina e a jurisprudência do STF.

A) Para o STF, é nula a intimação de indígena não aculturado para oitiva em CPI, na condição de testemunha, fora de sua comunidade.

B) É constitucional a criação de CPI por assembleia legislativa de estado federado ficar condicionada à aprovação de seu requerimento no plenário do referido órgão.

C) À CPI não é oponível o sigilo imposto a processos judiciais que tramitem sob o sigilo de justiça.

D) Diferentemente do que ocorre com as investigações policiais, o procedimento das CPI não é caracterizado pela unilateralidade.

E) É inconstitucional norma regimental da Câmara dos Deputados que limite o número de CPI em funcionamento simultâneo.

Questão 51.

Sobre o foro por prerrogativa de função, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa incorreta

A) Não pode ser previsto, pela Constituição Estadual, em favor dos Delegados de Polícia, a despeito da autonomia dos estados-membros e ao princípio federativo.

B) A ação civil pública por ato de improbidade administrativa que tenha por réu parlamentar deve ser julgada em Primeira Instância.

C) As medidas cautelares de protesto, notificação ou interpelação, quando promovidas contra membros do Congresso Nacional, não se incluem na esfera de competência originária do Supremo Tribunal Federal, precisamente porque destituídas de caráter penal.

D) cessa, e o processo segue para a primeira instância se o parlamentar renunciar ou perder o cargo durante o prazo para apresentação de alegações finais.

E) por mutação constitucional, passou a aplicar-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e diretamente relacionados às suas funções, de modo que o crime cometido por parlamentar após a diplomação, mas sem relação direta com o cargo, será processado e julgado em primeiro grau.

Questão 52.

Suponha que o Presidente da República, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para restabelecer a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local X. Nesse caso, é INCORRETO assinalar que

A) o estado de defesa poderá ser instituído pelo prazo máximo de 30 dias, prorrogado uma única vez por mais 30 dias.

B) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.

C) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

D) na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

E) o direito de reunião poderá ser restringido, ainda que exercido no seio das associações.

Questão 53.

A respeito da organização da República Federativa do Brasil e conforme o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa CORRETA.

A) Há necessidade de autorização prévia de assembleia legislativa para o processamento e julgamento de governador por crimes comuns perante o STJ. Dessa forma, existe fundamento normativo-constitucional expresso que faculte aos Estados-membros fazerem essa exigência em suas Constituições estaduais.

B) É constitucional a lei estadual que estabeleça como condição de acesso a licitação pública, para aquisição de bens ou serviços, que a empresa licitante tenha a fábrica ou sede no Estado-membro.

C) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico, orçamento, juntas comerciais, custas dos serviços forenses, produção, consumo e desapropriação.

D) O Município pode editar legislação própria com objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem, em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários, instalações sanitárias ou colocação de bebedouros.

E) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes e organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

Questão 54.

Sobre a segurança pública na CF e segundo o entendimento do STF, assinale a alternativa correta:

A) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

B) É possível a criação, pelos Estados-membros, de órgão de segurança pública diverso daqueles previstos no art. 144 da Constituição.

C) Cabe aos delegados estaduais exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais, inclusive as de natureza militar.

D) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

E) O Ministério Público não dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, ainda que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.

Questão 55.

Em relação à ADI e aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no Brasil, assinale a opção incorreta.

A) Não se admitem embargos de declaração opostos por amicus curiae nas ADIs, exceto para impugnar decisão de inadmissibilidade da sua intervenção nos autos.

B) Como regra, perderá seu objeto a ADI que for proposta com fundamento em disposição constitucional alterada por emenda superveniente.

C) Podem ser cumulados pedidos de declaração de inconstitucionalidade de normas de natureza federal e estadual em uma única ADI.

D) As associações que representam fração de categoria profissional são legitimadas para instaurar controle concentrado de constitucionalidade de norma, ainda que extrapole o universo de seus representados.

E) O STF admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com

disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.

Questão 56.

Considerando o entendimento do STF acerca dos modelos, dos instrumentos e dos efeitos das decisões no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A) Apenas no controle abstrato o STF admite a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.
- B) É adequado o manejo de recurso extraordinário contra acórdão de turma do Supremo.
- C) O STF admite a intervenção do *amicus curiae* na edição *ex officio* dos enunciados de súmula vinculante.
- D) A causa de pedir aberta das ações do controle concentrado de constitucionalidade torna desnecessário o ajuizamento de nova ação direta para a impugnação de norma cuja constitucionalidade já é discutida em ação direta em trâmite perante o STF, proposta pela mesma parte processual.
- E) O STF entende ser incabível a realização de audiência pública antes do julgamento de recurso extraordinário, por ser mecanismo típico do controle abstrato.

Direitos Humanos

Questão 57.

Tendo em vista as características dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- A) De acordo com a característica da integralidade, os Direitos Humanos aplicam-se a todas as pessoas e destinam-se a todas as pessoas em qualquer lugar do mundo e abrangem todos os territórios.
- B) Conforme a característica na irrenunciabilidade, os Direitos Humanos não poderão ser comercializados pela pessoa tutelada por esse direito.
- C) De acordo com a característica da universalidade da realidade jurídica, Os Direitos Humanos podem sofrer limitações para adequá-los a outros valores coexistentes na ordem jurídica.

D) Consoante dispõe a característica da proibição do retrocesso, também conhecida como *efeito cliquet*, uma vez assegurado o direito humano ele não poderá ser suprimido.

E) De acordo com a característica da superioridade, as normas de Direitos Humanos são formalmente superiores às normas internas, independentemente do conteúdo que regram.

Questão 58.

O período que é caracterizado pela doutrina como “crise de consciência”, no qual os estudiosos passaram a questionar o poder político, representa o renascimento dos ideais republicanos e democráticos, com resistência ao poder absolutista e início do sentimento de liberdade, ao assegurar a supremacia do Parlamento sobre a vontade do Rei é o período marcado pela promulgação do seguinte documento histórico

- A) Magna Carta.
- B) Bill of Rights.
- C) Declaração de Independência dos Estados Unidos.
- D) Código de Hamurabi.
- E) Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Questão 59.

Sobre as dimensões dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Os direitos de segunda dimensão têm como objetivo limitar a atuação estatal e possuem como marco histórico a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa.
- B) Os direitos de primeira dimensão representam a evolução do Estado Liberal e são caracterizados pela atuação positiva dos Estados para assegurar esses direitos.
- C) Os direitos de terceira dimensão possuem como marco histórico o pós 2ª Guerra Mundial e o surgimento da ONU.
- D) Os direitos de terceira dimensão possuem como documentos históricos marcantes a Constituição do México de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919.

E) Os direitos de primeira dimensão são marcados historicamente pelas evoluções Mexicana e Russa.

Questão 60.

Recentemente, o Tratado de Marraqueche se juntos à Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência como únicos documentos internacionais internalizados no ordenamento com status de emenda constitucional. Tendo em vista os status de internalização dos tratados internacionais, assinale a alternativa correta.

A) O Superior Tribunal de Justiça decidiu que os tratados de Direitos Humanos internalizados em nosso ordenamento com quórum de lei ordinária possuirão status supralegal, tendo em vista o conteúdo de suas normas.

B) Para que determinado tratado possua status de emenda constitucional deverá ser aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em um turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros, conforme procedimento previsto no art. 5º, § 3º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional no 45/04.

C) há previsão expressa em nossa Constituição prevendo que os tratados e convenções de direitos humanos, aprovados por quórum de maioria simples, possuirão status de emenda constitucional, tendo em vista o caráter materialmente constitucional de suas normas.

D) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, um tratado internacional de direitos humanos, ratificado na forma do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal, possui força normativa equivalente à de norma supralegal, embora seja editada como norma infraconstitucional.

E) Do mesmo modo que as normas de Direitos Humanos, as demais normas internacionais especiais, prevalecem em relação às leis internas gerais, quando internalizadas em nosso ordenamento.

Questão 61.

Quanto às garantias processuais previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

A) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até a instauração do processo, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

B) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Contudo, poderá ser imposta pena mais grave do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

C) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

D) Ninguém será arbitrariamente preso, mas poderá ser detido para prestar informações.

E) Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais desde que reconhecidos constitucionalmente.

Questão 62.

A Constituição Federal trata dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais. Assinale a alternativa que traz apenas esses princípios.

A) prevalência dos direitos humanos, solução pacífica dos conflitos, independência nacional.

B) prevalência dos direitos humanos, garantia do desenvolvimento nacional, repúdio ao terrorismo e ao racismo.

C) repúdio ao terrorismo e ao racismo, erradicação da pobreza e da marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais e defesa da paz.

D) prevalência dos direitos humanos, defesa da paz, constituição de uma sociedade livre, justa e solidária.

E) erradicação da pobreza, não-intervenção e solução pacífica dos conflitos.

Questão 63.

De acordo com a Constituição Federal, não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel. Não obstante as duas exceções, a prisão do depositário infiel não é admitida

- A) pois a Convenção Americana de Direitos Humanos possui hierarquia supraconstitucional.
- B) pois, para a regulamentação, é necessário existir norma internacional autorizante.
- C) pois a Convenção Americana de Direitos Humanos é norma supralegal, que excepciona apenas a prisão civil do devedor de alimentos, de modo que o legislador infraconstitucional se vê impedido de regulamentar o preceito constitucional.
- D) por decisão do STF.
- E) pois há vedação expressa à prisão do depositário infiel no Protocolo de San Salvador.

Questão 64.

Segundo a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, para a caracterização da tortura

- A) é irrelevante se o ato é praticado por funcionário público ou por agente particular.
- B) é irrelevante a finalidade do ato.
- C) é essencial que o sofrimento seja consequência unicamente de sanções legítimas.
- D) é relevante o local onde ocorre.
- E) é essencial a intenção de infligir dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais.

Questão 65.

“Além da inegável importância histórica, e de representar documentalmente a construção do conceito de “comunidade internacional” (com todas as suas vantagens e problemas), a mim parece fundamental a ideia de que há fatos e situações intoleráveis e inaceitáveis, e que há, ao menos simbolicamente, um conjunto de governos, instituições, organizações, pessoas etc, dispostos a se manifestar nesse sentido. Estamos em situação

de imensa vantagem em relação aos nossos antepassados, pois nessas primeiras décadas do século XXI temos um repertório incomparavelmente mais vasto de produção de pensamento sobre Direitos Humanos, e um amplo acervo de erros e acertos, e sobre como prosseguir para um mundo menos injusto” (Maíra Cardoso Zapater)

No que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nessa Declaração, não se podendo fazer nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.
- B) Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Esse direito pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
- C) Aquele que praticar um crime poderá ser culpado por uma ação que, no momento, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional.
- D) Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução técnico-profissional será obrigatória.
- E) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Questão 66.

Em 2005 o então Procurador-geral da República, Claudio Fonteles, promoveu o primeiro Incidente de Deslocamento de Competência para que o caso do assassinato de Dorothy Stang fosse julgado na esfera Federal. Quanto ao incidente de deslocamento de competência, assinale a alternativa incorreta.

- A) O expediente processual poderá ser instaurado pelo Procurador-Geral da República.
- B) Admite-se, excepcionalmente, a instauração do expediente por Juízes federais em decorrência de conflito positivo ou negativo de competência.
- C) O expediente deve ser apresentado perante o Superior Tribunal de Justiça.
- D) expediente processual tem por finalidade deslocar o julgamento de determinado processo da justiça especializada ou justiça estadual para a justiça federal.
- E) o expediente é aplicável em qualquer caso de violação de direitos humanos, independentemente da gravidade.

Questão 67.

Aceitar petições apresentadas por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, que contenham denúncias ou queixas de violação do Pacto de São José da Costa Rica por um Estado-Parte, é competência específica da(dos):

- A) Corte do Pacto de São José da Costa Rica.
- B) Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- C) Assembleia de magistrados ad hoc.
- D) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- E) Assembleia Geral da OEA.

Questão 68.

Sobre as regras aplicáveis a categorias especiais, previstas nas Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos, assinale a alternativa correta.

- A) Os reclusos alienados devem estar detidos em prisões, devendo ser tomadas medidas para a separação deles dos demais presos.
- B) Os presos preventivos presumem-se inocentes e como tal devem ser tratados, contudo, não é necessário que sejam mantidos separados dos reclusos condenados.
- C) O preso preventivo é autorizado a usar a sua própria roupa se estiver limpa e for adequada.
- D) Não é permitida a assistência religiosa no sistema prisional.

- E) Não pode ser instituído, nos estabelecimentos prisionais, um sistema de privilégios adaptado às diferentes categorias de reclusos e aos diferentes métodos de tratamento, sob pena de ferir o tratamento isonômico entre detentos.

Questão 69.

De acordo com o Estatuto de Roma, a tortura ou outros tratamentos desumanos, incluindo as experiências biológicas, são enquadrados como:

- A) crime de genocídio.
- B) crime contra a humanidade.
- C) crime de guerra.
- D) crime de agressão.
- E) crime de extermínio.

Questão 70.

Sobre os crimes resultante de preconceito de raça e cor, assinale a alternativa correta.

- A) o crime de recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador é apenado com reclusão de dois a quatro anos.
- B) o crime de impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar é apenado com reclusão de um a três anos.
- C) o crime de Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau possui pena de um a três anos.
- D) o crime de impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social é punível com reclusão de um a três anos.
- E) o crime de impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas possui pena de reclusão de dois a quatro anos.

Direito Administrativo

Questão 71.

Com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei Federal nº 12.527, de 2011), assinale a alternativa correta.

- A) Por serem pessoas jurídicas de direito privado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não se subordinam à LAI.
- B) É uma das diretrizes da LAI a divulgação de informações de interesse público e privado, independentemente de solicitações.
- C) Primariedade é a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- D) Os Municípios com população de até 50.000 habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória de informações na internet.
- E) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Questão 72.

Tendo por base a Lei de Improbidade Administrativa - LIA (Lei Federal nº 8.429, de 1992), assinale a alternativa que indica corretamente o prazo prescricional para propositura de ação destinada a sancionar atos de improbidade.

- A) até 5 anos após o início do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- B) até 5 anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- C) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão, exceto aquelas a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- D) até 10 anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades do terceiro setor.
- E) é imprescritível.

Questão 73.

De acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I - O ato de tombamento geral precisa individualizar os bens abarcados pelo tombamento, pois as restrições impostas pelo Decreto-Lei n. 25/1937 se estendem à totalidade dos imóveis pertencentes à área tombada.
- II - Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.
- III - O tombamento do Plano Piloto de Brasília abrange o seu singular conceito urbanístico e paisagístico, que expressa e forma a própria identidade da capital federal.
- IV - A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área non aedificandi, somente é devida se imposta sobre imóvel urbano e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.

- A) V, V, V, V
- B) F, F, F, F
- C) F, V, V, F
- D) F, V, V, V
- E) V, F, F, V

Questão 74.

Com base na Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666, de 1993), assinale a alternativa incorreta acerca das modalidades de licitação.

- A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.

D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.

E) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, não podendo ser utilizado para a alienação de bens imóveis.

Questão 75.

De acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ, assinale a alternativa incorreta.

A) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.

B) O imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH, porque afetado à prestação de serviço público, deve ser tratado como bem público, não podendo, pois, ser objeto de usucapião.

C) Não é possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois haverá prejuízo ao Estado.

D) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

E) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo revela dano presumido à coletividade, dispensada prova de prejuízo em concreto.

Questão 76.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF quanto ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) O Tribunal de Contas não pode apreciar a constitucionalidade das leis.

B) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgão de Contas Municipais.

C) Nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

E) A norma de regência da organização ou funcionamento de Tribunal de Contas estadual não precisa obrigatoriamente adotar o modelo federal de controle externo das contas públicas.

Questão 77.

Do ponto de vista exposto, assinale a alternativa que não apresenta um princípio a ser observado na elaboração do contrato de gestão de que trata a Lei Federal nº 9.637, de 1998.

A) eficiência

B) publicidade

C) moralidade

D) impessoalidade

E) legalidade

Questão 78.

Assinale a alternativa correta quanto aos instrumentos de parceria entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

A) Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

B) Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

C) Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

D) Chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

E) As exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, aplicam-se às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Questão 79.

De acordo com a Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303, de 2016), assinale a alternativa incorreta.

A) As estatais não podem prever a solução de disputas via arbitragem.

B) A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade anônima e, ressalvadas

as disposições legais, está sujeita à Lei Federal nº 6.404, de 1976.

C) O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção.

D) A empresa pública não poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações, nem emitir partes beneficiárias.

E) Prescreve em 6 anos, contados da prática do ato abusivo, a ação de reparação por atos praticados com abuso de poder pelo acionista controlador.

Questão 80.

A cerca do Poder de Polícia, assinale a alternativa contrária à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A) A administração pública possui interesse de agir para tutelar em juízo atos em que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia, em razão da inafastabilidade do controle jurisdicional.

B) O prazo prescricional para as ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, ainda que exista legislação local específica, é quinquenal, conforme previsto no art. 1º do Decreto 20.910/32, sendo inaplicáveis as disposições contidas na Lei 9.873/99, cuja incidência limita-se à Administração Pública Federal Direta e Indireta.

C) Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.

D) A prerrogativa de fiscalizar as atividades nocivas ao meio ambiente concede ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA interesse jurídico suficiente para exercer seu poder de polícia administrativa, ainda que o bem esteja situado dentro de área cuja competência para o licenciamento seja do município ou do estado.

E) O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON detém poder de polícia para impor sanções administrativas relacionadas à transgressão dos preceitos ditados pelo Código de Defesa do Consumidor.

Questão 81.

Acerca do tema serviços públicos, amparado na Lei nº 8.987, de 1995, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

II - As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

III - A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e sua cobrança deve ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

IV - Extingue-se a concessão por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

- A) V, V, F, V
- B) F, F, V, V
- C) V, F, F, V
- D) V, V, V, F
- E) F, F, F, F

Questão 82.

Acerca do tema Consórcios Públicos, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Por disposição expressa na Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem disciplinar por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão

associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

II - O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, e adquirirá personalidade jurídica de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

III - O consórcio público, apenas com personalidade jurídica de direito privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

IV - A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte, pelo menos, dois Estados da Federação.

- A) V, V, F, F
- B) F, F, F, F
- C) F, V, V, V
- D) V, V, V, F
- E) V, F, F, V

Questão 83.

Acerca da esfera controladora, assinale a alternativa incorreta.

A) Na esfera controladora não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

B) A decisão que, na esfera controladora, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo exposto suas consequências jurídicas e administrativas.

C) A decisão controladora que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito

seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

D) A revisão, na esfera controladora, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

E) A decisão do processo, na esfera controladora, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos, desde que haja decisão judicial nesse sentido.

Questão 84.

Acerca do tema agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

A) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o teto constitucional remuneratório.

C) O servidor público estável perderá seu cargo, entre outras formas, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei específica, assegurada ampla defesa.

D) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

E) Invalidadada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado

em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Direito Civil

Questão 85.

Sobre as invalidades do casamento, é correto afirmar que:

A) O casamento é nulo por infringência de impedimento, não podendo ser convalidado nem que as partes assim o queiram e o permita o juiz, com anuência do MP.

B) É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.

C) É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.

D) O menor que não atingiu a idade núbil poderá, depois de completá-la, confirmar seu casamento, independente da autorização de seus representantes legais.

E) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, desde que expresse sua vontade por meio de curador, não podendo fazê-lo diretamente.

Questão 86.

Marcelo, atualmente com 12 anos de idade, nunca recebeu nenhum tipo de prestação alimentar de seu genitor. Paula teve seu carro abalroado por Ricardo, causando diversos prejuízos no veículo. André, prestou serviços advocatícios a José, cujos honorários não foram quitados na data da conclusão do mandato. Sobre as situações, é correto afirmar que

A) A pretensão de Marcelo para requerer os alimentos prescreve em dois anos, ficando impedida a prescrição enquanto Marcelo estiver sob o poder familiar.

B) A pretensão de André para a cobrança de seus honorários prescreve em dois anos.

C) Paula poderá requerer a reparação civil de seu veículo pelos prejuízos causados por André, no prazo decadencial de três anos.

D) Marcelo terá o prazo decadencial de dois anos para requerer os alimentos de seu genitor, começando a contar quando deixar de ser absolutamente incapaz, dado que a prescrição não corre enquanto isso.

E) André terá o prazo prescricional de três anos para requerer os honorários do serviço prestado, contados a partir da cessação do mandato.

Questão 87.

No tocante às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta

A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o seu funcionamento, precedido, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

B) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

C) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador definitivo.

D) o registro da pessoa jurídica deverá declarar a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver, apenas.

E) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Questão 88.

Quanto à capacidade, é correto afirmar que

A) É possível que alguém tenha personalidade, mas não plena capacidade.

B) Os relativamente incapazes são representados e os absolutamente incapazes, assistidos, respectivamente, pelos tutores e pelos pais.

C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

D) a incapacidade cessa para os menores apenas quando há concessão dos pais.

E) A existência da pessoa natural termina com a morte real, não sendo possível a declaração de morte presumida.

Questão 89.

O prefeito de determinado município, ao fazer uma viagem, percebeu que em alguns outros municípios de seu estado as pessoas eram consideradas mais felizes, pois não tinham engarrafamentos nos horários de pico, já que utilizavam mais o transporte público, ao invés de veículos particulares. Visando fazer com seu município também seguisse o mesmo padrão, decretou que todas as pessoas, pelo menos três vezes na semana, utilizassem o transporte público. Contudo, a decisão gerou tumulto, já que o transporte público não tinha condições de atender todos os habitantes. Com base no caso, de acordo com a LINDB, é correto afirmar que

A) O prefeito agiu corretamente, já que visava a melhoria dos habitantes de seu município.

B) O ato do prefeito apenas terá validade se não houver oposição do Poder Legislativo em trinta dias.

C) É possível que na esfera administrativa se decida com base em valores jurídicos abstratos, mesmo sem considerar as consequências práticas, desde que sejam com o objetivo de trazer melhorias a população.

D) O prefeito agiu de forma correta, pois a LINDB somente proíbe as decisões com base em valores abstratos, sem analisar as consequências práticas, na esfera judicial.

E) O prefeito não agiu de forma correta, devendo ser decretada a invalidação do ato ou a adequação da medida imposta, já que não considerou as consequências práticas da decisão.

Questão 90.

Sobre o pagamento, é correto afirmar que

A) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

- B) Se o pagamento se houver de fazer por medida, ou peso, o silêncio das partes, não se entenderá que aceitaram os do lugar da execução
- C) As dívidas em dinheiro deverão ser pagas no vencimento, em moeda corrente ou estrangeira e pelo valor nominal.
- D) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos.
- E) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se mais valiosa.

Medicina Legal

Questão 91.

Uma vítima de homicídio foi periciada no Instituto Médico Legal, no laudo, o médico legista descreveu as seguintes lesões: uma ferida perfuro-contusa, com orifício de forma elíptica, de 5 milímetros de extensão, com presença de zona de queimadura, situada na região peitoral direita e outro orifício de 10 milímetros, irregular, com presença de auréola equimótica na região escapular direita. Face a essas informações, é possível afirmar que a lesão na região peitoral corresponde a orifício de:

- A) Entrada de projétil de arma de fogo, tiro bem próximo ou encostado.
- B) Saída de projétil de arma de fogo, tiro à distância.
- C) Entrada de projétil de arma de fogo, tiro à distância.
- D) Saída de projétil de arma de fogo, tiro a curta distância.
- E) Saída de projétil de arma de fogo, sem que se possa precisar a distância do tiro.

Questão 92.

A energia envolvida no mal das montanhas é a

- A) Mecânica
- B) Cinética
- C) Físico-química
- D) Bórica
- E) Solar

Questão 93.

Uma pessoa vai até a Delegacia de Polícia relatar que um indivíduo do sexo masculino reiteradamente é visto à noite, num cemitério, praticando atos sexuais com cadáveres femininos retirados dos túmulos. Com base nas informações acima, pode-se afirmar que se está diante de um caso de:

- A) necrofilia.
- B) anafrodisia.
- C) autoerotismo
- D) sadismo.
- E) frigidez.

Questão 94.

No local do crime, os peritos arrecadaram um desenho digital que apresentava um delta à esquerda. Pelo sistema de Vucetich, este desenho é classificado como:

- A) presilha interna
- B) verticilo
- C) presilha externa
- D) arco
- E) sistemía

Questão 95.

Quanto ao uso do DNA para identificação, é correto o que se afirma, EXCETO em:

- A) A prova obtida por meios ilícitos ou ilegais pode comprometer o princípio da privacidade constitucional.
- B) A possibilidade de se encontrarem duas pessoas iguais pelo método de DNA é de uma em 10 trilhões.
- C) Um problema de bancos de dados genéticos é a dificuldade de se manter a confidencialidade das redes informáticas.
- D) O DNA é uma forma lícita de identificação, uma vez que produz resultados de alta precisão.

E) O DNA não é uma forma lícita de identificação, uma vez que viola o princípio da violação da não autoincriminação.

Questão 96.

No processo de putrefação do cadáver se sucedem as seguintes fases, pela ordem:

- A) Gasosa, cromática, coliquativa e de esqueletização
- B) Cromática, gasosa, coliquativa e de esqueletização.
- C) Cromática, coliquativa, gasosa e de esqueletização.
- D) Coliquativa, cromática, gasosa e de esqueletização.
- E) Fase inicial, fase secundária, fase terciária.

Noções de Informática

Questão 97.

Com relação aos navegadores de internet, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Barra de Endereço é um caixa horizontal localizado na parte superior do navegador que permite inserir o endereço de sites que se deseja acessar.
- II. Para imprimir o conteúdo de uma página de um site, deve-se executar o atalho de teclado Ctrl + I.
- III. Cookies são pequenos arquivos de texto capazes de armazenar informações básicas sobre o visitante de um site na internet, tais como nome, idioma, estado de autenticação, registros de navegação, carrinho de compra, lista de produtos, entre outros. Eles.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Questão 98.

O Professor Diego Carvalho – ao terminar de escrever um simulado – decide enviá-lo anexado a um e-mail para a coordenação de simulados do Estratégia Concursos. Para deixar o Professor Renato da Costa ciente sem expor seu endereço de e-mail para a coordenação de simulados, recomenda-se utilizar o campo:

- A) Cco
- B) De
- C) Para
- D) Cc
- E) Assunto

Questão 99.

	A	B	C	D	E
1	ID	Sobrenome	Nome	Cargo	Data de nas
2	101	Melo	Sara	Rep. de vendas	08/12/68
3	102	Monte	Vinicius	Vice-presidente	19/02/52
4	103	Cardoso	Lara	Rep. de vendas	30/08/63
5	104	Teixeira	Antônio	Rep. de vendas	19/09/58
6	105	Rodrigues	Mateus	Gerente de Ven	04/03/55
7	106	Gomes	Eduardo	Rep. de vendas	02/07/63

Dada a tabela acima como referência, assinale a fórmula capaz de retornar como resultado "Vinicius":

- A) =PROCV(102; A2:C7; 1; FALSO)
- B) =PROCV(103; A1:E7; 2; VERDADEIRO)
- C) =PROCV(B3; B2:E7; 2; FALSO)
- D) =PROCV(102; A2:C7; 1; VERDADEIRO)
- E) =PROCV(C3; B2:E7; 2; FALSO)

Questão 100.

Os atalhos corretos para executar as seguintes atividades no Microsoft Office Powerpoint são, respectivamente:

- I. Iniciar uma apresentação de slides do slide atual.
 - II. Inserir um novo slide.
 - III. Voltar para o slide anterior durante uma apresentação.
- A) F5; CTRL + M; SETA PARA A ESQUERDA.
 - B) SHIFT + F5; SHIFT + M, ENTER.

- C) F5; CTRL + M; BACKSPACE.
- D) SHIFT + F5; CTRL + M; BACKSPACE.
- E) SHIFT + F9; CTRL + Q; SETA PARA A ESQUERDA.

